



**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

Concurso Interno

001. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – 2017 (CHQAOPM/2017)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas, podendo levar este caderno e o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

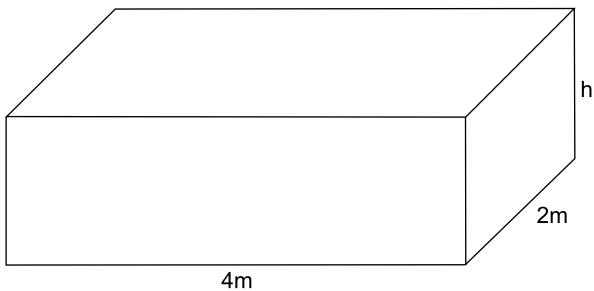
Carteira _____

MATEMÁTICA

- 01.** Todo o fio elétrico de um rolo deverá ser dividido em dois pedaços de comprimentos diferentes, sendo que um deles deverá ter 3 m a menos que o dobro da medida do outro. Se a razão entre as medidas de comprimento do pedaço menor e do pedaço maior, nessa ordem, é de 2 para 3, então a medida, em metros, do comprimento do pedaço maior será igual a
- (A) 12.
 - (B) 10.
 - (C) 9.
 - (D) 8.
 - (E) 7.
- 02.** Mantendo ritmo constante, Leandro faz caminhadas diárias em uma pista, munido de um monitor cardíaco que marca a distância percorrida e o tempo transcorrido. Certo dia, em um determinado momento após o início da caminhada, ele consultou o monitor e verificou que já havia percorrido 2,8 km. Cinquenta e cinco minutos após essa consulta ele terminou a caminhada e constatou que, nesse dia, havia percorrido um total de 7,2 km desde o início da caminhada. Se, nesse dia, a caminhada de Leandro foi iniciada às 7h 40min, então ela foi concluída às
- (A) 8h 45min.
 - (B) 8h 50min.
 - (C) 9h.
 - (D) 9h 10min.
 - (E) 9h 15min.
- 03.** Um comerciante comprou 330 caixas iguais de certo produto, sendo que cada uma custou x reais. Se o preço de cada caixa tivesse sido 20% maior, o número máximo de caixas que poderiam ser compradas com o mesmo valor total da compra efetuada seria igual a
- (A) 264.
 - (B) 275.
 - (C) 280.
 - (D) 286.
 - (E) 290.

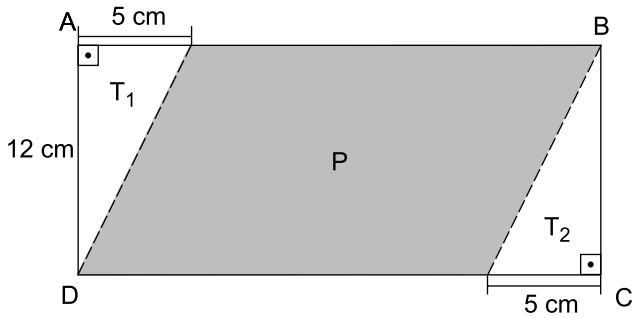
04. Para um concurso, estão inscritos homens e mulheres. Dos inscritos, sabe-se que $\frac{2}{3}$ do número total de mulheres é igual a $\frac{2}{5}$ do número total de homens, e que há 200 homens a mais que o número total de mulheres. O número total de candidatos inscritos para esse concurso é igual a
- (A) 700.
(B) 750.
(C) 800.
(D) 850.
(E) 900.

05. Considere que o reservatório com formato de paralelepípedo reto retângulo ilustrado a seguir, com dimensões internas indicadas na figura, estava completamente cheio.



- Da quantidade total de água, em metros cúbicos, nele contida, retirou-se, inicialmente, a metade e, em seguida, mais $\frac{1}{4}$ do volume total do reservatório. Se, após as duas retiradas, ainda restaram $2,4 \text{ m}^3$ de água nesse reservatório, então a medida da sua altura, indicada por h na figura, é, em metros, igual a
- (A) 2,0.
(B) 1,7.
(C) 1,5.
(D) 1,2.
(E) 1,0.

06. De uma folha retangular ABCD, com área de 300 cm^2 , foram recortados dois triângulos congruentes, T_1 e T_2 , conforme mostra a figura seguinte, cujas dimensões indicadas estão em centímetros.



Nessas condições, é correto afirmar que o perímetro da região P, que aparece destacada na figura, é, em centímetros, igual a

- (A) 70.
 (B) 66.
 (C) 64.
 (D) 60.
 (E) 56.
07. Uma professora de Matemática preparou duas apostilas com exercícios para seus alunos resolverem, sendo a quantidade de exercícios igual em ambas. Sabe-se que, em uma, há sempre 8 exercícios por página, e que, na outra, há sempre 12 exercícios por página. Nessas condições, a menor quantidade de exercícios que cada apostila pode ter é
- (A) 24.
 (B) 28.
 (C) 32.
 (D) 36.
 (E) 48.
08. Dois carros foram submetidos a uma determinada avaliação de consumo de combustível e, para isso, cada um rodou x quilômetros em uma pista de testes. O carro A usou y litros de gasolina, e a média aritmética do número de quilômetros percorridos com um litro foi igual a 15. O carro B usou $y + 2$ litros de gasolina, e a média aritmética do número de quilômetros percorridos com um litro foi igual a 12. Nessas condições, é correto afirmar que o número de quilômetros que cada carro percorreu nesse teste foi igual a
- (A) 100.
 (B) 120.
 (C) 140.
 (D) 150.
 (E) 180.

09. Laura tomou um empréstimo, que foi totalmente pago, de uma só vez, após 4 meses. Do valor total emprestado, 25% foram pagos com acréscimo de juros simples à taxa de 1% ao mês, e 75% foram pagos com acréscimo de juro simples à taxa de 2% ao mês. Se o valor total pago foi R\$ 10.700,00, então o valor que Laura tomou emprestado foi igual a

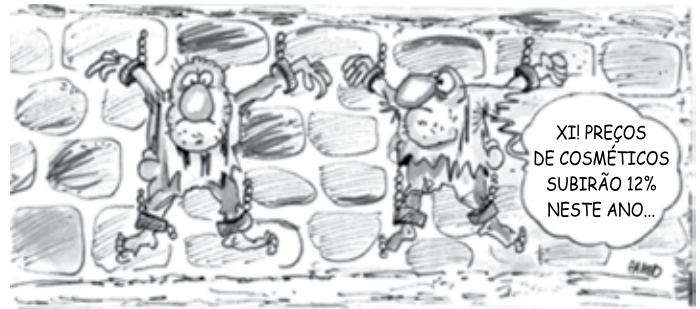
- (A) R\$ 9.500,00.
- (B) R\$ 9.800,00.
- (C) R\$ 9.900,00.
- (D) R\$ 10.000,00.
- (E) R\$ 10.100,00.

10. Doze pessoas, entre homens e mulheres, participaram de um jantar, que custou um total de R\$ 720,00 e seria dividido igualmente entre todos. Como os homens decidiram dividir a conta apenas entre eles, a parte que coube a cada um ficou aumentada em R\$ 84,00. Desse modo, é correto afirmar que

- (A) havia apenas uma mulher a mais que a quantidade de homens.
- (B) havia apenas um homem a mais que a quantidade de mulheres.
- (C) a quantidade de homens e de mulheres era a mesma.
- (D) havia dois homens a mais que a quantidade de mulheres.
- (E) havia duas mulheres a mais que a quantidade de homens.

R A S C U N H O

Leia a charge para responder às questões de números 11 e 12.



(Pancho. www.gazetadopovo.com.br)

11. É correto associar o humor da charge ao fato de que

- (A) os personagens têm uma autoestima elevada e são otimistas, mesmo vivendo em uma situação de completo confinamento.
- (B) os dois personagens estão muito bem informados sobre a economia, o que não condiz com a imagem de criminosos.
- (C) o valor dos cosméticos afetará diretamente a vida dos personagens, pois eles demonstram preocupação com a aparência.
- (D) o aumento dos preços de cosméticos não surpreende os personagens, que estão acostumados a pagar caro por eles nos presídios.
- (E) os preços de cosméticos não deveriam ser relevantes para os personagens, dada a condição em que se encontram.

12. Assinale a alternativa em que a fala do personagem está reportada em discurso indireto.

- (A) Conforme ele disse, “os preços de cosméticos subirão 12% neste ano”.
- (B) Os preços de cosméticos subirão 12% naquele ano, disse ele.
- (C) Ele disse: – Os preços de cosméticos subiram 12% neste ano.
- (D) Ele disse que os preços de cosméticos subiriam 12% naquele ano.
- (E) – Os preços de cosméticos, disse ele, subiriam 12% neste ano.

Leia o texto para responder às questões de números 13 a 16.

Um tubarão zebra teve três filhotes sem manter relações sexuais com um macho na Austrália. A fêmea, chamada Leonie, já havia dado crias em 2012, após o cruzamento com um tubarão chamado Leo. Desde 2013, eles não vivem no mesmo tanque, o que intrigou cientistas e levou a uma análise do caso.

“Pensamos que ela poderia ter guardado esperma dentro de si, mas, quando fizemos testes nos filhotes comparando DNA com o do possível pai, constatamos que eles tinham apenas as células da Leonie”, de acordo com Christine Dudgeon, pesquisadora biomédica da Universidade de Queensland, na Austrália.

O tubarão mudou seu método de reprodução sexuada para um processo assexuado chamado partenogênese – do grego, “criação virgem” –, que não exige fertilização e é mais comum em plantas e animais invertebrados, apesar da existência de casos semelhantes em lagartos e tubarões.

Esta é a primeira vez que cientistas registram um caso de transição de reprodução sexuada para assexuada. A partenogênese é rara e foi registrada somente sete vezes em tubarões, segundo a ABC News australiana.

(Lucas Agrela. *Sem machos, tubarão fêmea se reproduz de forma rara em cativo*, 17.01.2017. <http://exame.abril.com.br>. Adaptado)

13. O fato inédito relatado no texto diz respeito

- (A) à possibilidade de haver a ocorrência de partenogênese em tubarões.
- (B) à mudança do método de reprodução sexuada para assexuada.
- (C) ao modo como o tubarão fêmea manteve esperma armazenado desde 2013.
- (D) à técnica usada para analisar a amostra de DNA dos filhotes de tubarão.
- (E) à descoberta de que a reprodução assexuada não se restringe a vegetais.

14. Um dos recursos utilizados pelo autor para dar credibilidade às informações do texto é:

- (A) a presença de expressões temporais, marcando a sucessão rápida dos acontecimentos.
- (B) o relato detalhado de como os pesquisadores cuidaram do animal protagonista da matéria.
- (C) a citação de uma pesquisadora envolvida diretamente com o evento noticiado.
- (D) o uso de um vocabulário técnico cujo significado não se explica em linguagem corrente.
- (E) o emprego de uma linguagem mais popular, com vários desvios da norma-padrão.

15. A palavra *assexuado* foi formada com um prefixo de negação, assim como o vocábulo:

- (A) cruzamento.
- (B) análise.
- (C) reprodução.
- (D) processo.
- (E) invertebrados.

16. No que se refere à concordância padrão, o trecho “... apesar da existência de casos semelhantes...” (3º parágrafo) pode ser corretamente substituído por:

- (A) ... apesar de haverem casos semelhantes...
- (B) ... apesar de haver casos semelhantes...
- (C) ... apesar de ter sido observado casos semelhantes...
- (D) ... apesar de terem sido observado casos semelhantes...
- (E) ... apesar de ter sido observados casos semelhantes...

Leia a tira para responder às questões de números 17 e 18.



(www1.folha.uol.com.br/ilustrada)

17. O vocábulo **mais**, no contexto do primeiro ao quarto quadrinho, expressa sentido de

- (A) quantidade.
- (B) afirmação.
- (C) adição.
- (D) modo.
- (E) qualidade.

18. O vocábulo **ou**, no contexto do primeiro ao quarto quadrinho, estabelece entre os termos sentido de exclusão, assim como se observa na frase:

- (A) João e Laura são nossos melhores alunos: ele **ou** ela são ótimos exemplos a serem seguidos por toda a turma.
- (B) Tanto o coordenador quanto o diretor estão à sua disposição; procure um **ou** outro na secretaria sempre que precisar.
- (C) Existem apenas dois meios de lidar com essa situação difícil: lutar com dignidade **ou** fugir covardemente.
- (D) A promoção é válida durante todo o fim de semana: dirija-se a uma de nossas lojas no sábado **ou** no domingo e aproveite!
- (E) Se precisar trocar a mercadoria, você pode voltar à loja em que fez a compra **ou** ir a qualquer uma de nossas filiais.

Leia o trecho do romance *O guarani*, de José de Alencar, para responder às questões de números 19 a 22.

Muitos acontecimentos se tinham passado entre eles nestes dois dias; há circunstâncias em que os sentimentos marcham com uma rapidez extraordinária, e devoram meses e anos num só minuto.

Reunidos nesta sala pela necessidade extrema do perigo, vendo-se a cada momento, trocando ora uma palavra, ora um olhar, sentindo-se enfim perto um do outro, esses dois corações, se não se amavam, compreendiam-se ao menos.

Álvaro fugia e evitava Isabel; tinha medo desse amor ardente que o envolvia num olhar, dessa paixão profunda e resignada que se curvava a seus pés sorrindo melancolicamente. Sentia-se fraco para resistir, e entretanto o seu dever mandava que resistisse.

Ele amava, ou cuidava* amar ainda Cecília; prometera a seu pai ser seu marido; e na situação em que se achavam, aquela promessa era mais do que um juramento, era uma necessidade imperiosa, uma fatalidade que se devia cumprir.

Como podia ele pois alimentar uma esperança de Isabel? Não seria infame, indigno, aceitar o amor que ela lhe oferecera suplicando? Não era seu dever destruir naquele coração esse sentimento impossível?

(José de Alencar, *O guarani*)

* imaginava

19. A partir da leitura do trecho, percebe-se que Álvaro

- (A) está dividido entre o compromisso com Cecília e a paixão de Isabel.
- (B) reconhece que ama Isabel, mas a abandona depois de conhecer Cecília.
- (C) ressentido-se do fato de não ter seu amor correspondido por Isabel.
- (D) decide se casar com Cecília, depois de se desiludir com Isabel.
- (E) é alvo do amor de Isabel e de Cecília, embora lhes seja indiferente.

20. No primeiro parágrafo, o narrador

- (A) sugere que o amor carnal é inferior ao espiritual.
- (B) defende que o tempo não passa para os amantes.
- (C) destaca o caráter destrutivo do espírito racionalista.
- (D) alerta para o fato de que o amor dura pouco.
- (E) alude à percepção subjetiva da passagem do tempo.

21. A passagem em que a primeira forma verbal destacada está flexionada de modo a expressar uma ação ocorrida em um tempo anterior ao da segunda forma verbal destacada é:

- (A) ... **há** circunstâncias em que os sentimentos **marcham** com uma rapidez extraordinária... (1º parágrafo)
- (B) ... esses dois corações, se não se **amavam**, **compreendiam**-se ao menos. (2º parágrafo)
- (C) Álvaro **fugia** e **evitava** Isabel... (3º parágrafo)
- (D) ... **prometera** a seu pai ser seu marido; e na situação em que se **achavam**... (4º parágrafo)
- (E) Como **podia** ele pois **alimentar** uma esperança de Isabel? (5º parágrafo)

22. O trecho apresenta uma temática muito explorada no Romantismo, que diz respeito:

- (A) às ações guiadas puramente por impulsos instintivos e carnisais.
- (B) ao casamento entre parentes em famílias aristocráticas.
- (C) à crítica ao materialismo da sociedade burguesa e capitalista.
- (D) a um amor que, a princípio, não pode se concretizar.
- (E) aos conflitos de interesses entre patrões e operários.

Leia o trecho do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, para responder às questões de números 23 e 24.

– Amas-me?

– Oh! suspirou ela, cingindo-me os braços ao pescoço.

Virgília amava-me com fúria; aquela resposta era a verdade patente. Com os braços ao meu pescoço, calada, respirando muito, deixou-se ficar a olhar para mim, com os seus grandes e belos olhos, que davam uma sensação singular de luz úmida; e eu deixei-me estar a vê-los, a namorar-lhe a boca, fresca como a madrugada, e insaciável como a morte.

(Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*)

23. Ao descrever a boca de Virgília, o narrador, Brás Cubas, usa as comparações “fresca como a madrugada, e insaciável como a morte”, que expressam um

- (A) olhar crítico com relação à amada.
- (B) desejo intenso pela amada.
- (C) progressivo desinteresse pela amada.
- (D) sentimento de pena da amada.
- (E) ar de superioridade diante da amada.

24. Sem prejuízo do sentido e da correção e conforme a norma-padrão, no trecho “Virgília amava-me com fúria; aquela resposta era a verdade patente”, pode-se substituir o ponto e vírgula pela vírgula seguida por:

- (A) e.
- (B) porém.
- (C) por que.
- (D) embora.
- (E) contudo.

Leia o trecho do romance *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós, para responder às questões de números 25 e 26.

A sala de jantar da Torre, que abria por três portas envidraçadas para uma funda varanda alpendrada, conservava, do tempo do avô Damião (o tradutor de Valerius Flaccus), dois formosos panos de Arrás representando a *Expedição dos Argonautas*. Louças da Índia e do Japão, desirmanadas e preciosas, recheavam um imenso armário de mogno. E sobre o mármore dos aparadores rebrilhavam os restos, ainda ricos, das pratas famosas dos Ramires, que o Bento constantemente areava e polia com amor.

(Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*)

25. A partir da leitura do trecho, conclui-se que os Ramires

- (A) desdenhavam a riqueza herdada dos antepassados, o que se explicita em: “conservava, do tempo do avô Damião”.
- (B) se endividavam continuamente para adquirir itens caros, o que se explicita em: “recheavam um imenso armário de mogno”.
- (C) tinham sido mais ricos no passado, o que se explicita em: “rebrilhavam os restos, ainda ricos, das pratas”.
- (D) viviam do comércio de itens raros e de luxo, o que se explicita em: “pratas famosas dos Ramires”.
- (E) representavam o proletariado em ascensão, o que se explicita em: “Bento constantemente areava e polia com amor”.

26. Nesse trecho, verifica-se

- (A) a predominância do tipo descritivo.
- (B) a predominância do tipo narrativo.
- (C) a predominância do tipo dissertativo.
- (D) o equilíbrio entre o tipo narrativo e dissertativo.
- (E) o equilíbrio entre o tipo dissertativo e descritivo.

Leia o trecho da narrativa *Macunaima*, de Mário de Andrade, para responder às questões de números 27 e 28.

Nas conversas das mulheres no pino do dia o assunto era sempre as peraltagens do herói. As mulheres se riam, muito simpatizadas, falando que “espinho que pinica, de pequeno já traz ponta”, e numa pajelança Rei Nagô fez um discurso e avisou que o herói era inteligente.

(Mário de Andrade, *Macunaima: o herói sem nenhum caráter*)

27. A partir da leitura do trecho, é correto afirmar que uma das preocupações do autor era

- (A) reproduzir de modo realista o cotidiano do povo brasileiro, privilegiando os mais pobres.
- (B) valorizar a cultura popular brasileira, tanto na temática quanto na linguagem.
- (C) imprimir no texto um tom jornalístico e objetivo, para dar autenticidade ao relato.
- (D) criar um herói que, ao contrário dos heróis tradicionais, não tivesse qualquer qualidade.
- (E) conferir a seus personagens traços facilmente identificáveis como urbanos.

28. A passagem “As mulheres se riam...” está reescrita com o pronome **se** substituído por uma expressão que indica reciprocidade, conforme a norma-padrão da língua, em:

- (A) As mulheres riam por si...
- (B) As mulheres riam dele...
- (C) As mulheres riam entre si...
- (D) As mulheres riam consigo mesma...
- (E) As mulheres riam para ele...

Leia o poema do livro *Alguma poesia*, de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 29 e 30.

sinal de apito

Um silvo breve: Atenção, siga.

Dois silvos breves: Pare.

Um silvo breve à noite: Acenda a lanterna.

Um silvo longo: Diminua a marcha.

Um silvo longo e breve: Motoristas a postos.

(A este sinal todos os motoristas tomam lugar nos seus veículos para movimentá-los imediatamente.)

(Carlos Drummond de Andrade, *Antologia poética*)

29. Ao reproduzir a linguagem da sinalização de trânsito, com o uso de verbos no imperativo, o poema propõe uma reflexão, de cunho mais filosófico, sobre

- (A) a falta de verba para o trânsito.
- (B) as vantagens do progresso.
- (C) o mau estado das rodovias.
- (D) as leis que regem nossa vida.
- (E) a superexposição da vida privada.

30. Nota-se, na construção do poema,

- (A) a presença de rimas externas, reforçando a regularidade rítmica.
- (B) a ausência de aliterações (repetição de consoantes).
- (C) o emprego de versos regulares (com mesmo número de sílabas).
- (D) o uso de uma linguagem próxima da prosa cotidiana.
- (E) a ausência de repetição de estruturas, gerando sensação de desordem.

HISTÓRIA DO BRASIL

31. A primeira Constituição republicana (1891) concedia o direito de voto aos brasileiros masculinos com mais de 21 anos, excetuando-se, entre outros, os praças militares e os analfabetos. Estabeleceu o voto direto e universal, suprimindo-se o censo econômico. Em decorrência dessa norma e de outros mecanismos constitucionais, a Primeira República brasileira caracterizou-se pela

- (A) vigência de um processo democrático abrangente, favorecendo o acesso eleitoral à maioria da população.
- (B) eleição do presidente da República em dois turnos, observando-se a presença de eleitores culturalmente qualificados.
- (C) liberdade efetiva concedida aos votantes, restringindo-se o exercício do poder moderador do presidente da República.
- (D) adoção do regime parlamentarista, ampliando o peso do voto popular na constituição do poder legislativo.
- (E) conjugação de rotina eleitoral de base democrática com controle político, considerando-se as pressões de poderes locais sobre o eleitorado.

32. Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Os adversários dos nacionalistas sustentavam uma postura de rígido combate à inflação, através do controle da emissão de moeda e de equilíbrio dos gastos do governo.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

O texto refere-se a duas propostas de desenvolvimento econômico presentes e atuantes durante o governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954. As duas tendências divergiam, também, quanto

- (A) à questão da política industrial, estando os anti-nacionalistas mais propensos à valorização monetária como forma de incrementar as exportações.
- (B) à política internacional, pregando os nacionalistas a adesão ao bloco capitalista como forma de se conseguir empréstimos monetários no exterior.
- (C) ao papel do Estado na economia, manifestando-se os nacionalistas favoráveis aos investimentos estatais em áreas econômicas estratégicas.
- (D) à estrutura sindical, procurando os antinacionalistas mobilizar a classe operária por meio da política de controle da inflação.
- (E) à estrutura democrática do governo, postulando os nacionalistas a necessidade da instauração de uma ditadura esclarecida e economicamente progressista.

33. Na primeira reunião ministerial, Geisel anunciou que as altas taxas de crescimento da economia seriam a “prioridade número um” do governo. O presidente não associou a busca do crescimento a nenhum projeto de mudança do regime. Pisou no acelerador para manter o curso. A recessão era vista muito mais como um perigo político do que como uma probabilidade econômica.

(Elio Gaspari, *A ditadura derrotada*. Adaptado)

No entender do autor, o governo Geisel

- (A) buscou a legitimação política e social por meio de grandes sucessos na área econômica.
- (B) contou com uma ampla base de sustentação social, advinda de suas consultas regulares à população brasileira.
- (C) conseguiu manter o mesmo ritmo de desenvolvimento do seu antecessor, da época do “Milagre Econômico”.
- (D) desconsiderou a importância da política nas suas relações com os diversos setores da sociedade.
- (E) distribuiu os resultados do processo intenso da industrialização brasileira com medidas de conteúdos socialistas.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR

34. O decreto nº 17.069, de 21 de maio de 1981, modificou o Brasão de Armas da Polícia Militar, criado pelo decreto nº 34.244, de 17 de dezembro de 1958. Em seu artigo primeiro, descreve a presença de duas figuras humanas: à direita, a figura de um Bandeirante, em posição de sentido, com bacamarte e espada, e à esquerda, um Soldado da época da criação da Milícia, empunhando um fuzil com baioneta. Na linguagem heráldica em que o referido decreto foi redigido, tais figuras humanas se denominam

- (A) suportes.
- (B) tenentes.
- (C) guardiães.
- (D) rampantes.
- (E) perfilados.

35. O Governo Paulo Egydio implantou o programa do álcool combustível em São Paulo, e a capacidade tecnológica do Serviço de Material Bélico da Polícia Militar – SMB permitiu que parcela de sua frota fosse a primeira no Estado a ser convertida para consumo de álcool-motor. A respeito desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A necessidade de converter a frota da PM para uso de motores a álcool foi consequência da crise do petróleo, quando os produtores árabes aumentaram o preço dos combustíveis fósseis em decorrência direta da Guerra dos Seis Dias.
- (B) O desenvolvimento do álcool-motor foi realizado pelo Centro Farmacêutico da PM.
- (C) A instalação de rede de postos de abastecimento, dispersos por todo o território paulista, foi medida logística essencial para o sucesso da iniciativa.
- (D) O projeto da conversão dos motores foi liderado pelo Chefe do SMB, Moyses Szajnbok, mais tarde professor da Escola Politécnica da USP e criador da FUVEST.
- (E) Apesar do sucesso do programa, sua implantação exigiu coragem e ousadia da Chefia do SMB, pela impossibilidade de reconversão dos motores a álcool para novamente utilizarem gasolina.

36. Natural de Cotia-SP, combateu os rebeldes federalistas nos sertões do Paraná (1894). Incorporado ao 1º Batalhão (atual 1º BPChq-BTA), foi o primeiro Oficial graduado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Exonerou-se das fileiras da Força Pública para emprestar seu brilho ao Ministério Público bandeirante e fluminense. Sua obra poética é relevante. Faleceu prematuramente em 1915.

O texto refere-se a:

- (A) José Pedro de Oliveira.
- (B) Manoel Batista Cepelos (seu nome pode ser grafado de modo diverso, como Manuel, Baptista ou Cappellos, mas trata-se do mesmo personagem).
- (C) Antonio Batista da Luz (seu nome pode ser grafado de modo diverso, como Baptista, mas trata-se do mesmo personagem).
- (D) Bento de Barros Ferraz.
- (E) Romão Gomes.

37. Como contribuição relevante legada à instituição policial-militar pela Segunda Missão Militar Francesa da Força Pública, pode-se destacar a

- (A) instituição da Escola de Motoristas, para capacitar condutores do Corpo de Bombeiros para dirigir viaturas automóveis, em substituição às viaturas hipomóveis.
- (B) instituição da Escola de Educação Física, pioneira do Brasil.
- (C) organização de um curso preparatório de formação de oficiais da reserva, para substituir os profissionais da Força Pública que estavam na iminência de embarcar para combater na I Guerra Mundial.
- (D) implantação, sob a direção do Major Nathaniel Prado, do Gabinete de Munições, que apoiava a instrução pela recarga de cartuchos numa primeira fase, chegando, posteriormente, a produzir granadas de mão e para emprego aéreo.
- (E) organização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinado a preparar Capitães para as elevadas e complexas funções de planejamento e assessoria junto ao Estado-Maior.

38. Missão cumprida pelo Primeiro Batalhão, atual 1º BPChq-BTA, sob comando do Tenente Coronel Jayme dos Santos. Os integrantes da Unidade atuaram no interior do Estado e, enquanto combateram uma grave doença, aproveitaram para difundir novas culturas agrícolas.

O texto refere-se ao episódio conhecido como:

- (A) Combate ao mal de Chagas.
- (B) Combate à gripe espanhola.
- (C) Combate à febre amarela.
- (D) Combate ao cancro cítrico.
- (E) Combate à peste bubônica.

39. Sobre a presença da mulher nas fileiras da Polícia Militar, é correto afirmar que

- (A) o Corpo de Policiamento Feminino chegou a integrar a Força Pública de São Paulo em 1969, antes da unificação da Força com a Guarda Civil.
- (B) sua fundadora, Hilda Macedo, foi nomeada para dirigir o policiamento feminino pelo então governador Adhemar de Barros.
- (C) sua missão original, quando de sua fundação, era o amparo, a proteção e o encaminhamento de mulheres, crianças e adolescentes, sobretudo migrantes, que chegavam a São Paulo em busca de melhores condições de vida.
- (D) como marco da modernidade, a APMBB voltou a admitir, em 1987, Alunas Oficiais em seu corpo de cadetes, o que não ocorria desde 1955, ano em que duas mulheres foram selecionadas para cursar o CFO, a fim de acelerar a integração da recém-criada força policial com o contingente masculino da Academia.
- (E) muitas mulheres atuaram integrando guarnições do Corpo de Bombeiros em 1984, quando a Vila Socó, aglomerado de palafitas equilibradas sobre o mangue, em Caraguatatuba, foi atingida por um deslizamento de terra, decorrente das fortes chuvas que se abateram sobre a Serra do Mar, resultando em 90 mortos, soterrados pela avalanche.

ATUALIDADES

40. Na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2016, que ocorreram em agosto na cidade do Rio de Janeiro, a pira olímpica foi acesa, no Estádio do Maracanã, pelo atleta mundialmente conhecido por ter conquistado a medalha de bronze na maratona nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 e ser o único brasileiro consagrado com a Medalha Pierre de Coubertin, a maior condecoração de cunho humanitário-esportivo concedida pelo Comitê Olímpico Internacional.

O atleta a que o texto faz referência é

- (A) Luiz Gonzaga Rodrigues.
- (B) Vanderlei Cordeiro de Lima.
- (C) Chiquinho de Jesus.
- (D) Joaquim Cruz.
- (E) Robert Scheidt.

41. Na noite de 14 de julho de 2016, um atentado terrorista, posteriormente reivindicado pelo Estado Islâmico, deixou dezenas de mortos em Nice, balneário situado no sul da França. O atentado aconteceu em uma avenida à beira-mar, quando milhares de pessoas passeavam pelo local, comemorando o Dia da Queda da Bastilha. Assinale a alternativa que apresenta a tática utilizada para perpetrar esse atentado.
- (A) Uma bomba, colocada em uma lixeira, foi detonada por controle remoto.
 - (B) Um homem-bomba detonou explosivos junto às autoridades que dirigiam as comemorações, atingindo o público.
 - (C) Uma mulher, armada de fuzil, disparou contra a multidão.
 - (D) Um motorista de caminhão, acelerando contra a multidão, atingiu e atropelou as pessoas deliberadamente.
 - (E) Um condutor dirigia um veículo e detonou sua carga, com botijões de gás e explosivos, ao atingir o meio da multidão.
42. Em medida de grande repercussão para o sistema de segurança pública, adotada em 05 de outubro de 2016, o STF confirmou que
- (A) o crime de tráfico privilegiado de drogas tem natureza hedionda. Por conseguinte, permanecem exigíveis requisitos mais severos para o livramento condicional e incide a vedação à progressão de regime penal.
 - (B) a prática do aborto nos três primeiros meses de gestação não é crime, com isso, descriminalizando totalmente o aborto no Brasil, apesar da forte oposição a essa decisão dos parlamentares da chamada “banca cristã” no Congresso.
 - (C) réus devem ser presos depois de condenados por um tribunal de segunda instância, sem o direito de recorrer em liberdade até que sejam julgados todos os recursos possíveis.
 - (D) os militares federais e estaduais devem ficar de fora da proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo e determinou que as alterações sejam feitas posteriormente, por meio de um projeto de lei específico, que contemple as peculiaridades da carreira.
 - (E) devem ser anulados os julgamentos que condenaram 74 policiais militares pela morte de detentos no Carandiru, em 1992, quando da ação da PM para conter um motim na antiga Casa de Detenção de São Paulo.
43. Diretor de vários filmes de sucesso, alguns dos quais abordaram cruamente a questão da criminalidade, como *Pixote*, *a Lei do Mais Fraco* e *Carandiru*, morreu, aos 70 anos, em 13 de julho de 2016, em São Paulo, o cineasta argentino, naturalizado brasileiro,
- (A) Hector Babenco.
 - (B) José Padilha.
 - (C) Fernando Meireles.
 - (D) Antônio Calmon.
 - (E) Astor Piazzolla.
44. Em 05 de dezembro de 2016, foi condenada a 19 anos e 11 meses de prisão em regime fechado por haver matado e esquartejado o marido, executivo da Yoki, em 2012. A pena máxima prevista para os dois crimes era de 33 anos de reclusão, mas o Conselho de Sentença eliminou duas das três qualificadoras no homicídio.
- A condenada à qual o texto se refere é
- (A) Suzane Von Richthoffen.
 - (B) Anna Carolina Jatobá.
 - (C) Elize Matsunaga.
 - (D) Dorinha Duval.
 - (E) Graciele Ugulini.
45. O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) é responsável pela fiscalização das penitenciárias de todo o país, tanto federais quanto estaduais. É o órgão executivo do Ministério da Justiça responsável pela gestão da Política Penitenciária brasileira e pela manutenção administrativo-financeira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Seu Diretor-Geral, em dezembro de 2016, era o Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- (A) Danilo Antão Fernandes.
 - (B) Francisco Wanderlei Rohrer.
 - (C) José Vicente da Silva Filho.
 - (D) Marco Antonio Severo Silva.
 - (E) Nilton Vianna.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Acerca da disciplina da Administração Pública na Constituição Federal, o texto constitucional prevê que

- (A) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a pena de reclusão.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas pela própria Carta Constitucional.
- (C) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (D) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (E) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

47. Considere a seguinte situação hipotética.

Grupo de pessoas que se comunica por redes sociais considera que a unificação das polícias civil e militar seria uma medida que aperfeiçoaria a segurança pública no país, porque tornaria o policiamento mais eficiente. Diante disso, resolve o grupo convocar uma manifestação no vão livre do Museu de Arte de São Paulo – MASP, na Avenida Paulista, para o dia 19 de março, domingo, às 11 horas da manhã.

Tendo em vista o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que tal reunião

- (A) poderá ocorrer livremente, sem o preenchimento de quaisquer requisitos, já que o dispositivo constitucional que prevê o direito de reunião considera-o absoluto e incondicionado.
- (B) não poderá ocorrer, pois o texto constitucional assegura a liberdade de reunião, mas veda manifestações populares em vias em que haja circulação de veículos, permitindo que ela seja realizada somente em praças ou outros locais assemelhados.
- (C) poderá ocorrer desde que seja precedida de autorização da autoridade competente e se realize de forma pacífica, não sendo vedado que as pessoas que possuam porte de armas exerçam seu direito na manifestação.
- (D) não poderá ocorrer, pois, muito embora a liberdade de reunião para fins lícitos constitua uma das mais importantes conquistas da civilização, os temas que envolvem assuntos de segurança não estão assegurados pela liberdade de expressão.
- (E) poderá ocorrer desde que se realize de forma pacífica, sem armas, seja enviado aviso prévio à autoridade competente e não seja frustrada outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

48. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, compete

- (A) exclusivamente à União, que a exercerá por meio da polícia federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira.
- (B) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, que exercerão tal função por meio da polícia federal e das polícias civis estaduais.
- (C) no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.
- (D) exclusivamente aos Municípios, que deverão instituir órgãos de trânsito locais e dotá-los de agentes organizados em carreira.
- (E) exclusivamente aos Estados, que a exercerão por meio dos Departamentos Estaduais de Trânsito, os quais deverão assumir a forma de autarquia e integrar a Administração Indireta.

49. Formula-se a seguinte hipótese: Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo é condenado à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, na Justiça Estadual Comum, por homicídio. Neste caso, prevê a Constituição do Estado de São Paulo que, em razão de tal decisão, o Oficial

- (A) poderá perder o posto e a patente se for julgado indigno do Oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça Militar do Estado.
- (B) não poderá perder o posto e a patente, pois a condenação deu-se por crime não militar, sendo proferida pela Justiça Estadual Comum.
- (C) poderá perder o posto e a patente na própria decisão condenatória da Justiça Estadual Comum, desde que tenha constado pedido na denúncia e a sentença assim o declare.
- (D) não poderá perder o posto e a patente, pois tal pena somente pode ser imposta ao Oficial que praticar crime contra a Administração Pública.
- (E) poderá perder o posto e a patente, desde que o Tribunal de Justiça Militar do Estado homologue a decisão da Justiça Estadual Comum.

50. A Constituição do Estado de São Paulo, ao estruturar a Segurança Pública, dispõe que

- (A) à Polícia Civil incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, aí incluídas as militares.
- (B) a polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.
- (C) o Comandante Geral da Polícia Militar será nomeado pelo Governador do Estado dentre oficiais da ativa ou da reserva.
- (D) ao Corpo de Bombeiros, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- (E) a legislação penitenciária estadual dispensará a defesa técnica nas infrações disciplinares.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

51. Nos exatos termos do art. 14, II do CP, diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução,
- (A) o agente desiste de prosseguir na prática criminosa.
 - (B) o agente não consuma a infração por interferência de terceiro.
 - (C) o agente arrepende-se e restitui a realidade fática ao *status quo ante*.
 - (D) o resultado não é obtido por impropriedade do objeto.
 - (E) não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
52. De acordo com o CP, assinale a assertiva correta no que concerne ao crime de aborto.
- (A) Recente modificação legislativa admite a licitude da interrupção da gravidez de feto anencéfalo.
 - (B) A pena da gestante e do médico que interrompe a gravidez a pedido daquela é exatamente a mesma.
 - (C) Independe de prévio consentimento da gestante a interrupção de gravidez por médico, a fim de salvar a vida daquela.
 - (D) Matar sob a influência de estado puerperal o próprio filho, durante o parto, é conduta doutrinariamente denominada autoaborto.
 - (E) Não se pune o aborto em caso de gravidez resultante de estupro, desde que haja consentimento da gestante ou dos pais dela.
53. Configura-se crime de advocacia administrativa (CP, art. 321) quando funcionário público
- (A) auxilia autor de crime a subtrair-se à ação de autoridade pública.
 - (B) presta auxílio a criminoso, a fim de tornar seguro o proveito do crime.
 - (C) pratica, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse pessoal ou de terceiro.
 - (D) patrocina interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário, ainda que o interesse seja legítimo.
 - (E) solicita, para si, vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por outro funcionário público no exercício da função.

54. Assinale a alternativa correta no que concerne à competência dos Juizados Especiais Criminais.
- (A) O Tribunal do Júri, por sua especialidade, não pode aplicar o instituto da transação penal e da composição civil dos danos.
 - (B) São infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
 - (C) As infrações penais culposas, independentemente da pena abstratamente cominada, são julgadas pelo Juizado Especial Criminal.
 - (D) Falece competência ao Juizado Especial Criminal para a execução de seus julgados, pois o processo de execução deve ser encaminhado a juízo próprio.
 - (E) O Juizado Especial Criminal tem competência para julgamento de infrações penais de menor potencial ofensivo, independentemente das regras de conexão e continência.

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR

55. Assinale a alternativa correta com relação ao crime militar.
- (A) A omissão é relevante como causa para o crime militar quando o omitente, apesar de não poder, deveria agir para evitar o resultado.
 - (B) Diz-se o crime militar tentado quando, iniciada a sua preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - (C) Deixam de ser elementos constitutivos do crime militar a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa à agressão.
 - (D) Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime militar, a pena correspondente ao crime será diminuída de um a dois terços.
 - (E) A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente age em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

- 56.** Nos termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que
- (A) pratica o crime militar de deserção o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.
 - (B) caracteriza o crime militar de revolta a reunião de militares agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la.
 - (C) promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar caracteriza o crime militar de motim.
 - (D) o militar que, embora não tendo a posse ou a detenção de dinheiro, valor ou bem, público ou particular, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário, incorre no crime militar de peculato culposo.
 - (E) a participação de militar, de modo ostensivo ou simulado, diretamente ou por interposta pessoa, em contrato, fornecimento ou concessão de qualquer serviço concernente à administração militar, sobre que deva informar ou exercer fiscalização em razão do ofício caracteriza o crime militar de corrupção passiva.
- 57.** Assinale a alternativa correta no que diz respeito à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar.
- (A) A polícia judiciária militar é exercida, independentemente de delegação, pelos Comandantes de Pelotão, Companhia e Unidade da Polícia Militar.
 - (B) A designação de escrivão para o inquérito policial militar deve recair em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em cabo, nos demais casos.
 - (C) É vedado ao encarregado do inquérito policial militar se manifestar, no relatório deste, a respeito da existência de infração disciplinar visto que esta deverá ser apurada em procedimento disciplinar próprio.
 - (D) O inquérito policial militar deverá terminar dentro de vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (E) Em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá aquela recair em oficial ou aspirante a oficial de posto ou graduação superior ao do indiciado, seja este da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- 58.** Em relação às medidas preventivas e assecuratórias e às normas relativas à polícia judiciária e ao processo penal militar, assinale a alternativa correta.
- (A) As coisas apreendidas em um inquérito policial militar e reclamadas por terceiros, sobre as quais recaiam dúvidas sobre o direito de propriedade, deverão ser restituídas ao reclamante a fim de que as dúvidas sejam dirimidas em juízo competente.
 - (B) Serão recolhidos a quartel ou à prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão, antes de condenação irrecorrível os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional.
 - (C) Estão sujeitos a sequestro os bens do acusado necessários à satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob a administração militar.
 - (D) Compete à Polícia Judiciária Militar a apuração de fatos decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo veículos automotores de propriedade ou sob responsabilidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, caracterizados ou não, salvo nos casos da vítima ser civil.
 - (E) O auto de prisão em flagrante delito será redigido após a oitiva do condutor, do ofendido e das testemunhas e depois do interrogatório do preso e deverá ser por todos assinados.
- 59.** Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao Regimento Interno do Presídio Militar Romão Gomes e às normas de serviço da Corregedoria Geral da Justiça Militar.
- (A) Ex-Policiais Militares presos por mandado serão incluídos independentemente de autorização no Presídio Militar Romão Gomes.
 - (B) É vedada a inclusão de militares das Forças Armadas, de Policiais Militares e Bombeiros Militares de outros Estados e de Ex-Policiais Militares no Presídio, ainda que transitoriamente.
 - (C) No caso em que vítimas ou testemunhas postularam o sigilo de seus dados e endereços, é vedado ao Defensor constituído do acusado ou nomeado nos autos o acesso à pasta que contém seus dados qualificadores sendo esta de acesso exclusivo do Ministério Público e dos Juizes da respectiva auditoria.
 - (D) As substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica ou medicamentos que as contenham, bem como as químicas, tóxicas, inflamáveis, explosivas e/ou assemelhadas, deverão ser encaminhadas e entregues ao Ofícios da Justiça Militar pela autoridade policial militar que preside ou presidiu o Inquérito Policial Militar juntamente com o encaminhamento do Inquérito Policial Militar.
 - (E) Os pedidos de interceptação de comunicação telefônica, telemática ou de informática, formulados em sede de investigação criminal militar, deverão ser entregues pessoalmente e durante o horário do expediente na Corregedoria Permanente, ou, nos casos já distribuídos de procedimentos de investigação criminal, na respectiva Auditoria Militar. Na impossibilidade da entrega pessoal, deverão ser encaminhados em envelopes duplos lacrados.

60. O exercício do poder discricionário, que permite ao agente público avaliar a conveniência e a oportunidade dos atos que vai praticar na qualidade de administrador dos interesses coletivos,
- (A) pode ter sua legalidade examinada por meio da verificação da adequação da conduta escolhida pelo agente à finalidade que a lei expressa.
 - (B) confere ao agente público a prerrogativa de não permitir o exame dos fundamentos de fato ou de direito que mobilizaram sua decisão.
 - (C) permite que o Judiciário, para fins de controle, altere os critérios administrativos de conveniência e oportunidade, ainda que estes atendam à legalidade.
 - (D) oferece liberdade da escolha ao agente público, de modo que este pode fixar critérios de conveniência mesmo que eles se situem fora dos limites legais.
 - (E) inexistente no âmbito das agências reguladoras, posto que nelas o legislador eliminou qualquer margem de atuação discricionária.
61. Quanto à forma do ato administrativo, é correto afirmar que
- (A) por regra geral, ele deve ser exteriorizado de forma oral.
 - (B) vigora o princípio da liberdade das formas, como no direito privado.
 - (C) o princípio incidente é o da solenidade das formas, tendo-se a forma escrita como regra.
 - (D) o vício deve ser considerado insanável, porque afetará sempre o conteúdo do ato.
 - (E) eventual vício será sanável, porque incapaz de afetar o conteúdo do ato.

62. Considere a seguinte situação hipotética.

Policia militar conduz viatura em deslocamento, com os sinais luminosos de emergência desligados. Apesar disso, ao chegar a um cruzamento sinalizado por semáforo, desconsiderou o sinal vermelho para si e ultrapassou o cruzamento, sem reduzir a velocidade. Tal conduta acabou por provocar a colisão da viatura com um veículo particular, ocasionando danos em ambos os automóveis, além de lesões corporais ao particular que se encontrava conduzindo o outro veículo envolvido no acidente. A Polícia Judiciária Militar passa a investigar os fatos, para verificar a existência de crime e sua natureza, e, paralelamente, na esfera administrativa disciplinar, é instaurada apuração de eventual transgressão disciplinar.

Diante do estabelecido no ordenamento a respeito da responsabilidade administrativa, civil e penal dos militares do Estado de São Paulo, é correto afirmar que, no caso hipotético narrado:

- (A) a apuração de eventual transgressão disciplinar deve ser sobrestada até que a denúncia pelo crime de lesões corporais seja oferecida e recebida pelo Juiz de Direito do Juízo Militar Estadual, quando a apuração administrativa poderá prosseguir.
- (B) o policial militar não pode ser responsabilizado penal e administrativamente, pois isso caracterizaria *bis in idem*, já que o fundamento para a imposição da sanção administrativa disciplinar é o mesmo da sanção penal.
- (C) os fatos podem ensejar a responsabilização penal e administrativa policial militar, no entanto, no âmbito administrativo, não lhe pode ser imputada transgressão disciplinar, mas tão somente a infração de trânsito correspondente.
- (D) os fatos podem ensejar somente a apuração administrativa de eventual transgressão disciplinar e da indenização dos danos causados ao erário e ao particular, não incidindo, no caso, o crime de lesão corporal culposa, por ausência de previsão específica no Código Penal Militar.
- (E) o processo disciplinar pode ser concluído com a imposição de penas disciplinares mesmo que ainda não tenha havido decisão sobre a eventual ação penal relativa às lesões corporais sofridas pelo particular.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

63. Prescreve o art. 13, da Lei nº 8.429/92: “a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente”. Em seu § 2º, o mesmo dispositivo legal acrescenta: “a declaração de bens será anualmente atualizada (...)”. Assinale a alternativa que traz a punição ao agente público que se recusar a prestar a declaração de bens no prazo determinado, ou a prestar falsa, nos termos do § 3º do mesmo artigo de Lei, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

- (A) Admoestação verbal.
- (B) Admoestação escrita.
- (C) Multa equivalente a até 3 (três) vencimentos.
- (D) Suspensão das atividades e vencimentos por até 90 (noventa) dias.
- (E) Demissão a bem do serviço público.

64. A Lei nº 12.847/13 criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), “com o objetivo de fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa de seus integrantes, dentre outras formas, permitindo as trocas de informações e o intercâmbio de boas práticas”. Nos termos do art. 4º da mesma Lei, são princípios expressos do SNPCT, entre outros:

- (A) autonomia; indivisibilidade; pacifismo.
- (B) universalidade; igualdade; equitatividade.
- (C) imparcialidade; não seletividade; independência.
- (D) proteção da dignidade da pessoa humana; objetividade; igualdade.
- (E) subjetividade; imparcialidade; proteção à dignidade da pessoa humana.

65. A Lei nº 12.850/13 trata, entre outros assuntos,

- (A) da colaboração premiada.
- (B) do registro, posse e comercialização de armas de fogo.
- (C) do cumprimento dos tratados de extradição de estrangeiros.
- (D) da instituição da modalidade de licitação denominada pregão.
- (E) da independência das Polícias Judiciária, Militar e Científica.

66. De acordo com a atual redação da Lei Complementar nº 367/84, de São Paulo, e consideradas suas posteriores alterações, o servidor público, quando adotar menor de até sete anos de idade, ou quando obtiver judicialmente a sua guarda para fins de adoção, pode obter licença de

- (A) 210 (duzentos e dez) dias, com vencimentos ou remuneração integrais.
- (B) 180 (cento e oitenta) dias, com vencimentos ou remuneração integrais.
- (C) 120 (cento e vinte) dias, com prejuízo dos vencimentos.
- (D) 90 (noventa) dias, com prejuízo dos vencimentos.
- (E) 30 (trinta) dias, com vencimentos ou remuneração integrais.

67. A Lei Estadual nº 10.948/01 “dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.” Nos termos do art. 5º da Lei, “o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero que for vítima dos atos discriminatórios poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por carta, telegrama, telex, via internet ou facsímile ao órgão estadual competente e/ou a organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos”. O órgão competente para instauração do processo administrativo de apuração e imposição das penalidades cabíveis (art. 5º, § 2º da mesma Lei) é

- (A) a Procuradoria da República.
- (B) a Ouvidoria de Direitos Humanos.
- (C) a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.
- (D) o Conselho Tutelar.
- (E) o Ministério Público.

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL MILITAR

68. Assinale a alternativa correta com relação à organização básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

- (A) É função comum a todos os estados maiores coordenar estudos sobre a atualização e o desenvolvimento do Sistema de Apoio Logístico da Polícia Militar.
- (B) Compete à Polícia Militar exercer guarda da sede dos Poderes Estaduais e da Secretaria da Segurança Pública.
- (C) As Normas Gerais de Ação (NGA) baixadas por um órgão constituem e estabelecem as normas que devem ser seguidas pelo próprio órgão e seus subordinados, independentemente da existência de outras de nível superior.
- (D) O Comando (Cmto) é constituído pelo Comandante (Cmt) e o seu Gabinete, sendo que o Subcomando (SCmto) é constituído pelo Subcomandante e seu Estado Maior (EM).
- (E) Aos órgãos de direção incumbe atender às necessidades de pessoal e de material da Corporação, em cumprimento às diretrizes dos órgãos de execução.

69. No que diz respeito ao tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis e às penalidades decorrentes da prática de discriminação em razão de orientação sexual, é correto afirmar que
- (A) os servidores públicos deverão tratar a pessoa transexual ou travesti pelo prenome por ela indicado no momento em que ela se apresenta para o atendimento do serviço público, sendo, a partir de então, vedada a utilização do prenome anotado no registro civil para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais.
 - (B) o descumprimento a respeito do tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo ensejará processo administrativo próprio, em substituição aos respectivos processos administrativos disciplinares e sanções disciplinares previstas para o servidor público ou militar.
 - (C) todas as penalidades previstas na legislação estadual específica aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana praticados contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero são aplicáveis aos órgãos e empresas públicas, aos servidores públicos e aos militares estaduais.
 - (D) consideram-se atos atentatórios e discriminatórios dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.
 - (E) a prática dos atos discriminatórios contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero será apurada em processo administrativo, que terá início mediante a reclamação do ofendido, sendo vedada provocação por ato de ofício de autoridade competente.
70. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
- (A) Ao militar do Estado, aluno de curso da Polícia Militar, aplica-se, no que concerne à disciplina, além do previsto no Regulamento Disciplinar, subsidiariamente, o disposto nos regulamentos próprios dos estabelecimentos de ensino onde estiver matriculado.
 - (B) Estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar os militares do Estado do serviço ativo, da reserva remunerada, da reserva não remunerada, os reformados e os agregados, nos termos da legislação vigente.
 - (C) É dever ético do militar do Estado abster-se, salvo se na inatividade, do uso das designações hierárquicas em pronunciamento público a respeito de assunto policial.
 - (D) O recolhimento disciplinar de qualquer transgressor à prisão, que depende de nota de punição publicada em boletim, poderá ocorrer quando houver indício de autoria de infração penal e for necessário ao bom andamento das investigações para sua apuração.
 - (E) Representação é toda comunicação que se referir a ato praticado ou aprovado por subordinado hierárquico ou funcional, que se repute irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.
71. Em relação ao Sistema de Ensino da Polícia Militar, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a frequência, por civis e militares das Forças Armadas e outras nações, nos cursos e nas atividades desenvolvidas pelo Sistema de Ensino da Polícia Militar.
 - (B) O curso de graduação previsto no Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo é destinado a formar, com solidez teórica e prática, a Praça da Polícia Militar de graduação inicial.
 - (C) A legislação do Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo prevê, dentre as modalidades de cursos e programas de educação superior, o curso de especialização no sentido lato, destinado a ampliar os conhecimentos técnico-profissionais que exijam práticas específicas, habilitando ou aperfeiçoando a formação do policial militar para o exercício de suas funções nas respectivas áreas de atuação, que se caracteriza como curso de pós-graduação.
 - (D) O Curso Superior de Tecnólogo de Administração Policial-Militar é sequencial de complementação de estudos, destinado a qualificar profissionalmente o 2º Sargento PM ao exercício das funções de 1º Sargento PM e Subtenente PM, promovendo a sua habilitação técnica, humana e conceitual para o exercício consciente, responsável e criativo das funções de liderança, gestão e assessoramento, nos limites de suas atribuições hierárquicas.
 - (E) O Sistema de Ensino da Polícia Militar, é regulado pelos princípios e diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

72. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao pagamento de indenização por morte ou invalidez do militar do Estado.

- (A) Não é cabível o pagamento de indenização em caso de morte ou de invalidez permanente, total ou parcial do militar inativo, independentemente se o evento causador da morte ou invalidez decorreu em razão da função pública.
- (B) Não é cabível o pagamento de indenização em caso de morte ou de invalidez permanente, total ou parcial se esta ocorrer no deslocamento do militar ou do servidor até o seu local de trabalho sem que seja demonstrado que o militar estava atuando em razão da função.
- (C) Será concedida a indenização em caso de morte ou de invalidez permanente, total ou parcial, do militar independentemente da eventual constatação da prática de ilícito administrativo ou penal por parte do militar vitimado relacionado ao evento lesivo.
- (D) O procedimento administrativo específico para apuração da natureza do evento lesivo e sua relação com uma das hipóteses legais previstas para a indenização será sobrestado na hipótese da existência de procedimento disciplinar correlato aos fatos que ainda não tenha sido concluído.
- (E) O pagamento de indenização, de responsabilidade do Poder Executivo, será autorizado pelo Secretário da Segurança Pública e poderá ser feito aos herdeiros ou sucessores da vítima, na forma da legislação civil.

NORMAS ADMINISTRATIVAS DE INTERESSE POLICIAL MILITAR

73. Nos termos da Diretriz nº PM3-008/02/06, são, entre outras, diretrizes básicas das Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM (NORSOP):

- (A) acessibilidade e polícia comunitária.
- (B) busca da gestão pela qualidade e responsividade.
- (C) compromisso de atuação profissional e acessibilidade.
- (D) ênfase na ação preventiva e polícia comunitária.
- (E) responsividade e economia de meios.

74. Com relação à movimentação de policiais militares, é correto afirmar que as I-2-PM determinam que

- (A) a OPM de origem controlará a apresentação do policial militar, atentando para o cumprimento dos prazos definidos neste artigo ou, se for o caso, no ato de movimentação.
- (B) quando o policial militar for movimentado para assumir comando de OPM, deverá ser apresentado ao Comandante, Diretor ou Chefe da unidade imediatamente superior à OPM de destino.
- (C) caso a apresentação não ocorra na data estabelecida, a OPM de destino adotará as providências necessárias para localização do policial militar e, se for o caso, comunicará à OPM de origem para fins de apuração da responsabilidade disciplinar e penal militar.
- (D) os Oficiais e Aspirantes a Oficial devem ser apresentados nas Diretorias, CPC, CPM, CPI-1 a 10, CPChq, CPRv, CPFM e CCB, enquanto as Praças devem ser apresentadas nos Órgãos imediatamente subordinados.
- (E) o policial militar movimentado deve ser apresentado à sua nova OPM no prazo de 10 (dez) dias, quando a movimentação for por conveniência do serviço ou conveniência própria.

75. Documento baixado para determinar e regular o cumprimento de certas e determinadas missões e o desenvolvimento de operações, atividades ou serviços administrativos ou operacionais, integrando meios de uma ou mais OPM. É empregada por Comandantes, Diretores ou Chefes de qualquer fração de tropa, a partir do escalão Companhia PM (Cia PM), na ordem ascendente do canal hierárquico. Nos termos das I-25-PM, assinale a alternativa que apresenta o documento de Estado Maior ao qual o enunciado se refere.

- (A) Diretriz.
- (B) Ordem de Operações.
- (C) Nota de Instrução.
- (D) Nota de Serviço.
- (E) Estudo.

- 76.** No que concerne ao apensamento e desapensamento de processos, é correto afirmar que
- (A) será sempre feito o apensamento quando o processo apensado contiver matéria sigilosa.
 - (B) as informações prestadas no processo original não deverão ser reproduzidas nos apensados.
 - (C) apensamento é a união de um processo ao outro em caráter temporário.
 - (D) o ato de apensamento e desapensamento de processos dispensa a lavratura de termo.
 - (E) se fará o apensamento mesmo quando desse ato resultar prejuízo para a marcha do processo que deverá ser apensado.
- 77.** A Instituição publicou ato do Subcomandante PM determinando que, nos casos de extravio ou furto de armamento ou munição de patrimônio da Polícia Militar, a Autoridade Policial Militar competente deverá
- (A) autuar em flagrante o Militar do Estado pelo cometimento de crime militar e instaurar Inquérito Policial Militar para apurar a responsabilidade penal militar do Militar do Estado e Sindicância para apurar a responsabilidade civil e administrativa.
 - (B) obrigatoriamente, instaurar Inquérito Policial Militar para apurar a responsabilidade penal, civil e administrativa do Militar do Estado.
 - (C) na análise do caso concreto, e de ofício, instaurar Inquérito Policial Militar, para delimitar a responsabilidade penal, civil e administrativa do Militar do Estado detentor usuário.
 - (D) obrigatoriamente, instaurar sindicância para apurar a responsabilidade civil e administrativa do Militar do Estado e, caso comprove algum crime militar, remeterá os autos à Justiça Militar Estadual.
 - (E) na análise do caso concreto, e de ofício, instaurar Inquérito Policial Militar, para delimitar a responsabilidade penal do Militar do Estado detentor usuário, independentemente de Sindicância Regular para apurar os danos suportados pelo Estado.
- 78.** Na solução de sindicância, concordando ou não com o relatório, a autoridade solucionadora poderá
- (A) nos casos em que houver indícios de improbidade administrativa, remeter os autos originais ao Ministério Público, via Coordenadoria de Assuntos Jurídicos.
 - (B) remeter os autos à Consultoria Jurídica para cobrança judicial do valor da indenização.
 - (C) remeter os autos ao Grande Comando para arquivo, caso não existam provas da existência de irregularidade, ou não esteja provada sua autoria.
 - (D) sendo necessária a cobrança judicial, remeter os autos originais ao Gabinete do Comandante Geral.
 - (E) remeter os autos originais à Procuradoria Regional, no interior, para fins de análise da improbidade administrativa.
- 79.** Assinale a alternativa que contempla hipótese de interrupção, nos termos das I-36-PM – Instruções para Afastamentos na Polícia Militar, da contagem de tempo de serviço do Policial Militar para efeito de licença-prêmio.
- (A) O Recolhimento Disciplinar previsto no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.
 - (B) Todas as situações de agregação.
 - (C) A licença para tratamento de saúde em pessoa da família, desde que exceda o limite máximo de 30 (trinta) dias, no período de 5 (cinco) anos.
 - (D) A licença para tratamento de saúde decorrente de doença profissional.
 - (E) A agregação disciplinar prevista no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.
- 80.** A ICC (Instrução Continuada do Comando)
- (A) poderá ser estabelecida por meio de Súmula ou Ordem de Serviço.
 - (B) terá a duração de 15 (quinze) dias.
 - (C) deverá ser registrada e arquivada no P/1 ou equivalente da OPM.
 - (D) poderá ser ministrada pelo Cb PM mais antigo, o qual será denominado “Instrutor de ICC”.
 - (E) será divulgada pela 3ª EM/PM.

- 81.** O Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM) destina-se a todos os policiais militares
- (A) ativos e inativos que tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco.
 - (B) ativos que, exclusivamente em situação de serviço, tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco.
 - (C) ativos que, exclusivamente em situação de serviço, tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco em decorrência de envolvimento em acidente de trânsito com vítima fatal.
 - (D) ativos que, de folga ou de serviço, tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco em decorrência de atendimento de ocorrências típicas de resgate e salvamento de vítimas de acidentes de graves proporções.
 - (E) ativos e inativos que tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco em decorrência de sofrer agressão direta de familiares.
- 82.** No tocante à utilização de armas portáteis por membros da Instituição regulada pela Nota de Instrução nº PM4-001/1.2/16, de 21 de julho de 2016, é correto afirmar que
- (A) é proibida, aos integrantes da Instituição, a autorização para a carga pessoal de arma portátil da PMESP.
 - (B) somente oficiais e subtenentes habilitados poderão utilizar armas portáteis.
 - (C) cabos e soldados poderão utilizar armas portáteis apenas na guarda de instalações físicas e de presídios.
 - (D) as carabinas não poderão ser utilizadas no policiamento de trânsito.
 - (E) é terminantemente proibida a utilização de armas portáteis em locais povoados.
- 83.** Nos termos das I-23-PM, compete, entre outras atribuições, aos Detentores Executivos
- (A) excluir de carga os materiais de sua OPM e subordinadas.
 - (B) estabelecer a política de distribuição dos materiais de sua OPM.
 - (C) inspecionar os materiais armazenados, em uso ou distribuídos.
 - (D) incluir na carga os materiais de sua OPM e subordinadas.
 - (E) cumprir as normas relativas ao correto uso dos materiais, procedendo a sua conservação e manutenção, inclusive quanto à identificação individualizada.
- 84.** No que concerne à elaboração do Relatório sobre Averiguação de Incidente Administrativo (RAIA), assinale a alternativa correta.
- (A) O RAIA deverá ser preenchido e assinado pelo policial militar que constatou o incidente administrativo ou por subordinado mediante delegação.
 - (B) O RAIA deverá ser exclusivamente encaminhado pelo Cmt da OPM à autoridade que deverá adotar providências para solucionar o incidente, imediatamente após a sua elaboração.
 - (C) Mesmo quando o RAIA for elaborado por meio do Terminal Móvel de Dados (TMD), não poderá ser enviado imediatamente a seus destinatários.
 - (D) É proibida a inserção das informações constantes do RAIA no SIOPM *Web*, mesmo após a conferência pelo Oficial.
 - (E) A inserção dos dados do incidente administrativo no SIOPM *Web* é necessária para que cópia do RAIA produzido pela PMESP seja encaminhada automaticamente ao CIISP/SSP.

85. Nos termos da Portaria do Cmt G nº PM4-001/1.2/16, que dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo e colete de proteção balística na Polícia Militar, são, entre outras, armas, acessórios, petrechos e munições de uso permitido:
- (A) armas, munições, acessórios e equipamentos iguais ou que possuam alguma semelhança no que diz respeito ao emprego tático, estratégico e técnico do material bélico utilizado pelas Forças Armadas nacionais.
 - (B) armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre 12 ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que 24 (vinte e quatro) polegadas ou 610 (seiscentos e dez) milímetros, as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano.
 - (C) armas de fogo de alma lisa, de calibre 12 ou maior, com comprimento de cano menor que 24 (vinte e quatro) polegadas ou 610 (seiscentos e dez) milímetros.
 - (D) armas, munições, acessórios e equipamentos que, não sendo iguais ou similares ao material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais, possuam características que só as tornem aptas para emprego militar ou policial.
 - (E) armas de pressão por ação de gás comprimido ou por ação de mola, com calibre superior a 6 (seis) milímetros, que disparem projéteis de qualquer natureza.
86. Nos termos da Portaria nº DP-1/122/14, que trata da transferência para a reserva e reforma a pedido, é correto afirmar que, após o ato de agregação, em uma análise mais acurada do processo, caso o interessado não preencha os requisitos para se inativar, a Diretoria de Pessoal (Divisão de Pessoal Militar) notificará a OPM a qual, entre outras medidas, deverá
- (A) no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação, localizá-lo e cientificá-lo de que há pendências junto à Administração, concitando-o a se apresentar imediatamente.
 - (B) apresentá-lo à UIS para obtenção do Parecer “Apto para o serviço policial militar” e comunicar à Diretoria de Pessoal a partir de que data passou a constar em escala de serviço, para fins de regularização.
 - (C) no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação, localizá-lo e cientificá-lo de que há pendências junto à Administração, concitando-o a se apresentar imediatamente.
 - (D) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresentá-lo no Centro Médico para obtenção do Parecer “Apto para o serviço policial militar”.
 - (E) apresentá-lo no Centro Médico para obtenção do Parecer “Apto para o serviço policial militar”, não havendo necessidade de comunicação à Diretoria de Pessoal a partir de que data passou a constar em escala de serviço.
87. Nos termos da Portaria nº DP-3/125/14, que regulamenta a exoneração “a pedido”, *ex-officio* e transferência para a reserva não remunerada, é correto afirmar que
- (A) caso não tenha interesse em usufruir os afastamentos a que tem direito, o Policial Militar deverá consignar uma Declaração de que não os requereu, especificando qual(is) tipo(s) de afastamento(s) e seu(s) respectivo(s) período(s) com a quantidade de dia(s), a qual não necessita de publicação.
 - (B) para os pedidos de exoneração em que o Policial Militar se encontra com restrições médicas de psiquiatria, a OPM deverá avaliar a conveniência de apresentá-lo ao Centro Médico.
 - (C) deverá ser considerado como Último Dia de Vencimentos, na hipótese de exoneração *ex-officio* em razão de assumir cargo eletivo, a data da publicação de seu pedido no Diário Oficial.
 - (D) antes do início do processo de exoneração “a pedido”, a OPM deverá cientificar o interessado de todos os afastamentos legais a usufruir (férias, licença-prêmio, dispensa-recompensa e outros que eventualmente possua), priorizando o gozo de tais benefícios, antes de requerer sua exoneração.
 - (E) na hipótese de exoneração, é necessário apenas informar à Diretoria de Pessoal se o interessado responde a processo criminal, sendo desnecessárias informações no tocante a processos administrativos.
88. É um acordo *interna corporis*, em que dois ou mais órgãos ou Poderes que compõem o Estado se aliam para a consecução de um objetivo governamental, que normalmente envolve suas áreas de atuação (ocorre, normalmente, entre Secretarias de Estado, ou entre Poderes) e independe de autorização do Governador para ser firmado. Nos termos das I-27-PM, assinale a qual documento se refere o enunciado.
- (A) Protocolo de Intenções.
 - (B) Acordo entre Poderes.
 - (C) Termo de Cooperação.
 - (D) Contrato Cooperativo entre Poderes.
 - (E) Consórcio Administrativo.

- 89.** No que concerne ao afastamento de policiais militares para concorrer a cargo eletivo, é correto afirmar que o Policial Militar eleito
- (A) com mais de 10 (dez) anos de serviço permanecerá na condição de agregado até a data da sua diplomação, quando então será transferido *ex-officio* para a inatividade.
 - (B) independentemente do tempo de serviço permanecerá na condição de agregado até a data da sua diplomação, quando então será transferido *ex-officio* para a inatividade.
 - (C) com mais de 10 (dez) anos de serviço permanecerá na condição de agregado até a data da sua diplomação e, se Oficial, será reformado *ex-officio*.
 - (D) independentemente do tempo de serviço permanecerá na condição de agregado até a data da sua diplomação e, se Oficial, será reformado *ex-officio*.
 - (E) com mais de 10 (dez) anos de serviço permanecerá na condição de agregado até a data da sua diplomação e, independentemente da qualidade de Oficial ou de Praça, será reformado *ex-officio*.
- 90.** O militar estudante que cumprir escala de expediente administrativo poderá, a critério da Administração, entrar em serviço até uma hora após o início do expediente ou deixá-lo até uma hora antes do término, conforme se trate de curso diurno ou noturno, respectivamente. Considerando o contido no enunciado e nos termos das publicações que regulam o assunto na Polícia Militar, é correto afirmar que
- (A) o benefício previsto no enunciado somente será concedido quando mediar entre o período de aulas e o expediente da unidade de prestação dos serviços, tempo igual ou inferior a duas horas.
 - (B) para fazer jus ao benefício, o militar deverá comunicar o fato a seu Comandante, sendo desnecessária a apresentação de comprovante da matrícula.
 - (C) o benefício de que trata o enunciado será concedido durante todo o período de curso, independentemente de se considerarem os dias letivos, ficando apenas afastada sua fruição nos períodos de recesso ou férias escolares.
 - (D) o benefício previsto no enunciado somente será concedido após análise do curso pela Diretoria de Ensino e Cultura.
 - (E) o militar estudante contemplado pelo benefício não fará jus ao meio expediente semanal durante o período letivo.

